



**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
TIPO DA PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei NÚMERO: 1.630 ANO: 1999**

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

- ☒ SIM ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☒ estados ☒ municípios
☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☐ NÃO

1.1. Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

- ☒ SIM ☒ Aumento de despesa. Quais? PLs. nº 7.433, de 2002, nº 6.987, de 2010, nº 6.572, de 2013, nº 1.419, de 2015, nº 5.685, de 2016 e o Substitutivo aprovado na CTASP.
☐ Implica diminuição de receita. Quais?
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
☐ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

- ☒ SIM (Emenda nº 1) ☐ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

- ☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

- ☒ SIM ☐ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

4. Outras observações: O Projeto institui isenção de pagamento de tarifa de água e esgoto das companhias públicas de saneamento e/ou empresas concessionárias, aos usuários de baixa renda, cabendo o ônus financeiro à União. Ao Projeto de Lei principal foi apresentada emenda de relator de modo eximir a União da responsabilidade por tais despesas, mas transferindo o ônus para estados e municípios. As proposições apensadas e o substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) acarretam despesas para União, Estados e Municípios. Contudo, não foi apresentada estimativa do impacto orçamentário e financeiro, nem qualquer previsão de medidas de compensação, contrariando, portanto, a LDO para 2016 no seu art. 113 (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015), razão pela qual devem ser consideradas inadequadas e incompatíveis orçamentária e financeiramente.

Brasília, de de 2016.

Marcelo de Rezende Macedo
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 169 e 195 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2016/2019; arts. 99, 113 e 114, da LDO 2016; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.